

## **Brasil Energia Online – 23/10/2013**

### **Uma luz no fim do túnel**

*Volta aos leilões de energia, condições mais atraentes de financiamento e perspectivas de mudanças na regulação melhoram humor dos investidores em PCHs. O futuro está garantido?*

Por Júlio Santos

<http://brasilenergia.editorabrasilenergia.com/news/gtd/comercializacao/2013/10/uma-luz-no-fim-do-tunel-449458.html>

Os números da carteira de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) dão um bom indício de como andava o mercado de pequenas centrais hidrelétricas. De 2008 até outubro de 2013, o volume de desembolso caiu de R\$ 1,46 bilhão para R\$ 338 milhões, baque sentido por toda a cadeia produtiva de PCHs. Nos últimos cinco anos, os negócios de fabricantes, construtores, consultorias que atuam na área despencaram entre 35% e 50%.

O leilão A-5 de agosto, contudo, mostrou uma luz no fim do túnel para que a fonte ocupe uma fatia maior da matriz elétrica, embora os investidores ainda estejam cautelosos. Afinal, foram arrematados apenas oito projetos, com potência total de 405 MW, a preço médio de R\$ 127,01/MWh, valor muito abaixo dos R\$ 160 a R\$ 170/MWh considerados ideais pelos empreendedores.

“Não dá para dizer que o mercado está otimista. Mas o leilão trouxe uma esperança para a fonte, que vem sofrendo muito nos últimos anos”, comenta Charles Lenzi, presidente da Associação Brasileira de Energia Limpa (Abragel).

Com as boas notícias de antes – como a mudança das condições de financiamento pelo BNDES – e de depois do leilão, o setor tem muito trabalho pela frente para destravar boa parte do potencial de PCHs no Brasil, estimado em 17 mil MW. Há tarefas em todos os campos: no regulatório, nos leilões de energia, em busca de uma nova metodologia, e no ambiental.

O esforço vale, sobretudo para um país que precisa adicionar à sua matriz todos os anos um bloco de 3 mil MW. No caso das PCHs, já na gaveta da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aguardam aprovação quase 700 projetos, que somam 7 mil MW.

Ou seja, não faltam projetos, e sim condições melhores para dar fôlego a um segmento no qual o Brasil acumulou ao longo dos anos um know-how invejável e agora corre o risco de jogar muito desse conhecimento água abaixo. Estima-se que haja no segmento um gap de investimentos que varia de R\$ 35 bilhões a R\$ 45 bilhões

“O que é preciso agora é a Aneel trabalhar muito para aprovar os projetos que estão parados lá dentro”, observa Luiz Antônio Valbusa, diretor Comercial da Semi Industrial. A empresa projetou uma fábrica no Paraná para fazer de dez a 15 PCHs por ano. Tem feito quatro ou cinco, e isso graças aos negócios no mercado livre.

## **Aneel promete mudanças**

Sempre cobrada por celeridade na aprovação dos projetos básicos, a agência deu a resposta após o leilão. Numa tacada só, deu sinais de que muitas mudanças vêm por aí. Um dos focos é a revisão da resolução 343/2008, que define procedimentos para registro, elaboração, aceite, análise, seleção e aprovação de projeto básico, que passou por audiência pública em outubro. O principal item em discussão é o artigo 22, que prevê a análise de pedidos de registros feitos antes da resolução normativa 395/1998, que não exigia a licença ambiental. A Aneel também decidiu acelerar a análise de pedidos de registro feitos até 22 de dezembro de 2008. Se tudo sair como traçado pelos investidores, nos próximos anos o país deverá ter uma enxurrada de projetos disponíveis para os leilões.

## **Preço, outra pedra**

No entanto, de nada bastará ter projetos se a fonte não tiver preço-teto atrativo. Já computados os benefícios das PCHs, como não precisar de grande estrutura de transmissão e ter capacidade de regularizar o sistema, além de seu despacho poder atender ao horário de ponta.

A saída: mudar a metodologia dos leilões de energia, com a sinalização de um preço-teto maior para aumentar o número de projetos nos leilões. No último A-5, somente 20 projetos foram cadastrados.

“Com os atuais preços da energia negociada nos leilões, as PCHs terão muito pouco espaço, pois os custos para construir esses empreendimentos são muito altos”, analisa **Cláudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**.

O mercado estima que sejam necessários de R\$ 5 milhões a R\$ 6,5 milhões para instalar 1 MW de uma pequena usina. Por mais que invista em novas tecnologias e soluções, o setor considera difícil apertar mais o cinto, como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) cobra sempre dos empreendedores. “Para isso acontecer, é preciso ter escala”, diz Valbusa.

Apesar do preço ainda distante do ideal, a Dobreve S/A (Desa) arrematou na última concorrência a PCH Mata Velha (24 MW), em Minas Gerais, que exigirá investimento de R\$ 160 milhões. “As usinas que ganharam são nichos de oportunidades em relação aos projetos existentes que estão sendo aguardados”, justifica Carlos Brandão, presidente da Desa, que negociou a usina por R\$ 128,99/MWh.

A falta de perspectivas claras sobre a viabilidade das usinas e os entraves ambientais levaram a empresa a dar uma brecada no desenvolvimento do portfólio de 1,7 GW em PCH. Só no desenvolvimento dos projetos básicos e no licenciamento o investimento anual está estimado entre R\$ 10 milhões e R\$ 15 milhões. “Não dá para fazer um investimento desse se o cenário não tiver uma definição mais clara”, diz o executivo.

Ninguém duvida de que a volta das PCHs aos leilões do mercado regulado traz um bom sinal para a sua expansão futura. Além disso, surgem outros movimentos para redução de impostos como o ICMS. No Paraná, por exemplo, os equipamentos destinados a projetos construídos no estado estão livres do imposto.

“Essas usinas não estão descartadas, apesar de o preço do leilão ter ficado muito longe da realidade”, observa Márcio Severi, diretor de Regulação e Comercialização de Energia da CPFL Renováveis, que dos 4.120 MW em desenvolvimento conta com 626

MW de pequenas usinas. "Pode ser que num curto espaço de tempo a PCH seja um projeto estratégico para o setor", acrescenta.

### **Termômetro do mercado**

Agentes do setor de PCHs ouvidos pela Brasil Energia apontam o que está bom e o que precisa mudar em cada uma das principais áreas da atividade.

Regulação e legislação

-Sinal forte do regulador para destravar os projetos em análise, como a proposta da Aneel de analisar os projetos básicos sem licença ambiental. Com isso, o projeto não precisaria da licença para entrar no leilão.

-Atual nível de exigências para aprovação dos projetos básicos das pequenas centrais hidrelétricas.

### **Meio Ambiente**

-Órgãos estaduais estão empenhados em acelerar licenciamento e reduzir exigências, como o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), que nos últimos dois anos, licenciou 17 PCHs, 6 CGHs e 4 UHEs.

-Além da deficiência da estrutura dos órgãos ambientais dos estados, falta conhecimento, dos impactos socioeconômicos que as usinas provocam numa determinada região. Pesam ainda o nível de exigências e, às vezes, o preconceito em relação às PCHs.

### **Financiamento e Incentivos**

-As ações de alguns estados, como o Paraná, para reduzir o ICMS dos equipamentos destinados à construção das usinas. Outro fator benéfico foi a mudança das condições de financiamento do BNDES. Entre elas estão a redução do índice de cobertura de 1,3 para 1,2, calculado com base no fluxo de receitas projetadas para cada ano de operação, e o aumento do prazo de amortização de 16 para 20 anos.

-O fato de os financiamentos existentes não considerarem as externalidades das PCHs e os benefícios que trazem para o sistema, o que poderia melhorar ainda mais as condições de crédito para a fonte.

### **Leilões de Energia**

-A boa sinalização dada no último leilão A-5 no que se refere à diferenciação da tarifa de energia. Antes, todas as fontes competiam entre si com a mesma tarifa.

-A falta de uma metodologia que indique um melhor preço-teto para tornar o investimento mais atrativo para o empreendedor. No leilão, o preço médio de R\$ 127,01/MWh dos projetos contratados ficou muito aquém dos R\$ 160/MWh a R\$ 170/MWh apontados como ideais para a viabilização da fonte.

### **Planejamento e Expansão**

-A permanente abertura que os agentes têm encontrado na Aneel, na EPE e no Ministério de Minas e Energia (MME) para discutir mudanças que garantam a expansão da fonte.

-A falta de um planejamento que contemple de forma definitiva um programa de expansão das PCHs na matriz. O planejamento não coloca essa expansão de forma muito clara.